



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
8º BATALHÃO LOGÍSTICO
BATALHÃO GENERAL ARGUS FAGUNDES OURIQUE MOREIRA

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 90002/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 64129.007072/2024-08

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. **Aquisição de graxas, óleos, lubrificantes e produtos químicos** para uso militar na manutenção de veículos e equipamentos, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

QUANTIDADE EXCLUSIVA PARA PARTICIPAÇÃO DE ME/EPP					
Item	Especificação	Unidade de Medida	Qtd	Valor Unitário	Valor Total
1	Aditivo Radiador Características Adicionais: anticorrosivo e tensoativo/ inibidor de corrosão, aplicação: motores automotivos a gasolina, álcool e diesel, componentes: etilenoglicol 50/50	L	3007	R\$ 14,79	R\$ 44.473,53
2	Dot 4 Aplicação: Veículo Automotivo Características Adicionais: Dot 4	500mL	1499	R\$ 11,82	R\$ 17.718,18
3	Sae 5w30 Uso: Automotivo Tipo: Sintético Classificação: Api SI Viscosidade: Sae 5w30	L	2401	R\$ 27,80	R\$ 66.747,80
4	Graxa Sabão de Lítio Tipo Base: Complexo De Alumínio E Óleo Branco Tipo Espessante: Óleos Minerais Ponto Gota: 250 °C TipoAditivos:Antidesgaste/Antioxi dante/AntiferrugemConsistência NLGI: 2 Características Adicionais: Viscosidade A 40°C (Cst): 142	20Kg	33	R\$ 540,00	R\$ 17.820,00
5	Sae 90 Uso: Automotivo Tipo: Mineral Classificação: Api GI-4 Viscosidade: Sae 90	20L	156	R\$ 404,90	R\$ 63.164,40

6	HIDRA AW 46 Uso: Sistema Hidraulico Tipo: Iso 46 Mineral Classificação: Multiuso Viscosidade: Astm D-2270: 140	20L	160	R\$ 410,20	R\$ 65.632,00
7	HIDRA AW 68 Óleo Lubrificante Uso: Industrial Tipo: Mineral Classificação: Hlp Viscosidade: Iso Vg 68	20L	111	R\$ 297,00	R\$ 32.967,00
8	TRM 5 PLUS 80W90 Uso: Automotivo Tipo: Mineral Classificação: Api GI-5 Viscosidade: Sae 80w-90	20L	103	R\$ 452,39	R\$ 46.596,17
9	15W40 Uso: Automotivo Tipo: Mineral Classificação: Api Ch-4 Viscosidade: Sae 15w-40	20L	175	R\$ 456,00	R\$ 79.800,00
10	ARLA 32 Tipo Motor: Óleo Diesel Referência: Tecfil Pea160 Características Adicionais: Arla Aplicação 1: Sistemas De Exaustão	20L	631	R\$ 94,06	R\$ 59.351,86
11	ÓLEO 2T Uso: Motores 2 Tempos Tipo: Mineral Classificação: Api Tc Viscosidade: Cst 100°C	500mL	1641	R\$ 17,50	R\$ 28.717,50
12	WD-40 Apresentação: Aerosol Origem: Mineral Derivado De Petróleo Características Adicionais: Aditivos Inibidores Corrosão E Oxidação, Desengripante Tipo: Wd-40 Aplicação: Lubrificação De Peças	300mL	1375	R\$ 7,95	R\$ 10.931,25
13	HYDRA ISO 68 Uso: Industrial Tipo: Sintético Classificação: Din 51524 Viscosidade: Iso 68	20L	223	R\$ 252,63	R\$ 56.336,49
14	Actioil A550 Uso: Tratamento Multifuncional definitivo para Diesel	500mL	1061	R\$ 20,80	R\$ 22.068,80
15	0w20 Uso: Automotivo Tipo: Sintético Classificação: Api Sn/Rc Viscosidade: Sae 0w-20	L	639	R\$ 25,76	R\$ 16.460,64
16	10w30 MOTO Uso: Motocicleta Tipo: Semissintético Classificação: Api SI Viscosidade: Sae 10w-30	L	311	R\$ 18,69	R\$ 5.812,59
17	10w30 Uso: Automotivo Tipo: Semissintético Classificação: Api Sn Viscosidade: Sae 10w-30	L	889	R\$ 23,59	R\$ 20.971,51

18	5W40 Uso: Automotivo Tipo: Sintético Classificação: Api Sn Viscosidade: Sae 5w-40	L	828	R\$ 28,63	R\$ 23.705,64
19	Iso Vg 10 – Oleo Lubrificante Apresentação:Líquido Viscoso, Origem:MINERAL Viscosidade:VG 10, Uso:MÁQUINA DE COSTURA INDUSTRIAL	L	330	R\$ 24,88	R\$ 8.210,40
20	75w80 GEAR GL-5 Uso: Diferenciais E Câmbio Automotivos Tipo: Sintético Classificação: Api GI-5 Viscosidade: Sae 75w-80	L	737	R\$ 27,00	R\$ 19.899,00
21	20w50 Uso: Motocicleta Tipo: Mineral Classificação: Api SI Viscosidade: Sae 20w-50	L	312	R\$ 15,00	R\$ 4.680,00
22	85w140 Uso: Automotivo Tipo: Mineral Classificação: Api GI-5 Viscosidade: Sae 85w-140	20L	185	R\$ 431,08	R\$ 79.749,80
23	10W30 TRAT Uso: Para Equipamentos Agrícolas Tipo: Sintético Classificação: Api GI-4 Viscosidade: Sae 10w-30	20L	60	R\$ 463,60	R\$ 27.816,00
24	TASA TIPO A MINERAL Aplicação: Direção Hidráulica Para Veículo Automotivo Característica Adicionais: Fluido Dexron II	L	805	R\$ 20,74	R\$ 16.695,70
25	20W-50 API SL Uso: Automotivo Tipo: Sintético Classificação: Api SL Viscosidade: Sae 20w-50	L	821	R\$ 21,00	R\$ 17.241,00
26	Óleo Lubrificante Sae 50 Uso:Automotivo Tipo:Mineral Classificação:FD 1 Viscosidade:SAE 50	20L	95	R\$ 383,70	R\$ 36.451,50
Total: R\$ 890.018,76					

QUANTIDADE DESTINADA À AMPLA PARTICIPAÇÃO					
Item	Especificação	Unidade de Medida	Qtd	Valor Unitário	Valor Total
27	Graxa Sabão de Lítio Tipo Base: Complexo De Alumínio E Óleo Branco Tipo Espessante: Óleos Minerais Ponto Gota: 250 °C Tipo Aditivos:Antidesgaste/Antioxidante/ Antiferrugem Consistência NLGI: 2 Características Adicionais: Viscosidade A 40°C (Cst): 142	20Kg	149	R\$ 540,00	R\$ 80.460,00
28	Sae 90 Uso: Automotivo Tipo: Mineral Classificação: Api Gl-4 Viscosidade: Sae 90	20L	470	R\$ 404,90	R\$ 190.303,00
29	HIDRA AW 68 Óleo Lubrificante Uso: Industrial Tipo: Mineral Classificação: Hlp Viscosidade: Iso Vg 68	20L	335	R\$ 297,00	R\$ 99.495,00
30	TRM 5 PLUS 80W90 Uso: Automotivo Tipo: Mineral Classificação: Api Gl-5 Viscosidade: Sae 80w-90	20L	311	R\$ 452,39	R\$ 140.693,29
31	15W40 Uso: Automotivo Tipo: Mineral Classificação: Api Ch-4 Viscosidade: Sae 15w-40	20L	1272	R\$ 456,00	R\$ 580.032,00
32	85w140 Uso: Automotivo Tipo: Mineral Classificação: Api Gl-5 Viscosidade: Sae 85w-140	20L	564	R\$ 431,08	R\$ 243.129,12
33	10W30 TRAT Uso: Para Equipamentos Agrícolas Tipo: Sintético Classificação: Api Gl-4 Viscosidade: Sae 10w-30	20L	180	R\$ 463,60	R\$ 83.448,00
34	Óleo Lubrificante Sae 50 Uso:Automotivo Tipo:Mineral Classificação:FD 1 Viscosidade:SAE 50	20L	288	R\$ 383,70	R\$ 110.505,60
Total: R\$ 1.528.066,01					

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.2.1. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

1.3.1. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, contados da assinatura da Ata de Registros de preços, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. **ESPECIFICAÇÕES COMPLEMENTARES**

1.5.1. O “NOME COMERCIAL/ MODELO COMERCIAL”, “Fabricante” listados em “REFERÊNCIA PARA CONSULTA E PROPOSTA” indicadas neste Termo de Referência servem como base para facilitação na identificação do objeto, visto que serão aceitos os produtos equivalentes ou de melhor qualidade, desde que comprovada tecnicamente similaridade e ou superioridade.

1.5.2. Deve-se observar a correção na nomenclatura por ocasião do preenchimento das propostas via sistema, vez que, os itens possuem Registro na ANP ou INMETRO, quando se tratar de Registro Compulsório.

1.5.3. A impossibilidade de identificação correta do item acarretará a desclassificação.

1.6. **ESPECIFICAÇÕES/ DESCRIÇÕES COMPLEMENTARES PARA LUBRIFICANTES**

1.6.1. Os óleos e lubrificantes e afins a serem adquiridos deverão ser utilizados nas diversas viaturas do Exército Brasileiro – não blindadas e equipamentos (compatíveis com a frota do 3o Grupo de Artilharia Antiaérea), que, pelo custo e complexidade de manutenção, necessitam de produtos que comprovadamente atendam as normas de aplicação em conformidade com os manuais técnicos dos fabricantes - a seguir nesta seção denominada simplesmente “OEM” - do inglês, Original Equipment Manufacturer, (Fabricante Original do Equipamento).

1.6.2. Deve-se considerar que, as observações dos requisitos técnicos dos lubrificantes normalmente ofertados nas licitações públicas, não vêm atendendo os padrões mínimos exigidos e que tal fato acaba por ferir objetivamente a administração pública a qual prima pela legalidade da aquisição por meio de certame público. Para tanto, é de se observar que há fabricantes com alguns de seus produtos reprovados pelo PROGRAMA DE MONITORAMENTO DE QUALIDADE DOS LUBRIFICANTES (PQML) - ANP, de forma sistemática e recorrente desde 2007 até o último Boletim Bimestral. Portanto, salvo outro juízo, não há credibilidade em relação aos seus produtos. Em relatório disponibilizado pela ANP ficam ratificadas as afirmações contidas neste parecer, in verbis:

“Em 2012, o monitoramento de lubrificantes realizado pela Agência indicou que cerca de 40 produtores de lubrificantes ainda apresentam problemas de qualidade em mais de 20% das amostras coletadas, alguns deles chegando a apresentar não conformidade em todas as amostras. Outro aspecto bastante preocupante quanto a esse grupo de produtos é que grande parte dele apresenta elevado índice de reincidência em qualidade desde 2007, quando esse levantamento foi iniciado. Este fato mostra que as empresas estariam agindo, no mínimo, com negligência. A participação delas no mercado de lubrificantes é baixa e estima-se que sejam responsáveis por, aproximadamente, 5% do volume comercializado no País. Em vista dessa situação, a ANP tem intensificado ações para eliminar práticas desleais no mercado de lubrificantes brasileiro”.

1.6.3. A Empresa Participante, na figura de sua Pessoa Jurídica, representa de forma objetiva o Fabricante, devendo a mesma possuir conhecimento técnico dos itens ofertados. Sendo, portanto, responsável pelo desempenho, qualidade e produtividade compatível com o produto similar ou equivalente ofertado, sob pena de desqualificação na fase de aceitação ou substituição dos itens na fase de recebimento.

1.6.4. O Fabricante/ Empresa Participante (representante da marca) deverá atentar para os requisitos técnicos dos OEM, normas estabelecidas pelas Agências Reguladoras e ONG normalizadoras - a seguir

nesta seção denominada simplesmente "Requerimento Técnico Mínimo". Fator imperativo como critério de aceitação dos itens ofertados.

1.6.5. Devido pluralidade de equipamentos de origens e sistemas distintos as certificações do OEM, Agências Reguladoras ou Organizações Normativas é imprescindível à observação restritiva quanto à qualidade e certificação dos objetos licitados. Pois, existe custo direto para os fabricantes que possuem o Requerimento Técnico. Assim, um produto certificado, testado e homologado dispensa a realização de testes adicionais para comprovar a adequabilidade e, do contrário, a administração estaria proporcionando concorrência antiisonômica.

1.6.6. Faz-se importante considerar a economia de recursos, além da garantia e desempenho técnico almejado pelo agente público licitante exigindo controle de qualidade e aprovação certificada.

1.6.7. Não há direcionamento para a aquisição de um produto original utilizado por alguma montadora, fabricante ou marca. Para tanto, é oportuno observar, que há uma vasta relação de fabricantes que possuem Requerimento Técnico Mínimo e quando isto não ocorre é por restrições do próprio mercado.

1.6.8. A observância dos requisitos solicitados corrobora no sentido de que o produto certificado passou nos testes exigidos pelo OEM. Portanto, o item licitado não causará danos ao equipamento, bem como atingirá os padrões mínimos de desempenho garantidos pelo próprio fabricante.

1.6.9. Os itens na faixa de adequabilidade do OEM que possuem a aprovação dos mesmos poderão ser utilizados para manutenção dos termos de garantia, alcançando em sua objetividade economia de recursos e ampliação da possibilidade de concorrência com maior vantagem para administração.

1.6.10. Os parâmetros exigidos foram estudados exaustivamente no sentido de ampliar ao máximo o número de marcas e produtos capacitados tecnicamente a concorrerem de forma isonômica.

1.6.11. A utilização de parâmetros rígidos tem como escopo garantir o caráter preventivo e preditivo de manutenção, evidenciando o princípio da Economicidade, estendendo a vida útil do equipamento e aumentando o intervalo de drenagem dos fluidos.

1.6.12. O aumento do intervalo de drenagem, pela qualidade comprovada do fluido, diminui a quantidade a ser adquirida, reduz o custo em pessoal para realizar manutenção e causa impacto positivo na conservação dos recursos naturais, evidenciando de forma direta os princípios da Sustentabilidade e Economicidade.

1.6.13. O objeto em tela terá sua aplicação em equipamentos bélicos, que, por suas características necessitam maior grau de rigidez nos critérios de segurança e aceitação. Sendo, conveniente salientar que estão envolvidos quesitos de segurança inerentes à atividade militar e que muitos dos equipamentos utilizados são de uso exclusivo das Forças Armadas. Estes, por vezes, adquiridos no exterior, com alto valor agregado e de difícil reposição. A utilização de produtos não certificados e conformes poderá causar danos irreparáveis em equipamentos de alto valor monetário, estratégico e de difícil reposição. Bem como, alterar de forma objetiva na capacidade operativa das organizações militares.

1.6.14. O Fabricante e ou Empresa Participante deverá fornecer informações técnicas sobre a utilização dos produtos propostos no certame, quando solicitado pelo licitante, devendo disponibilizar de serviço expresso de análise de óleo em uso para auxílio a programas de manutenção preventiva e preditiva, quando solicitado no Termo de Referência.

1.6.15. A utilização de fluídos homologados e certificados pelo OEM têm por objetivo, ainda, manter a segurança e integridade física dos operadores, bem como, resguardar a administração de forma ampla. Em caso de falhas técnicas ou pessoais, que possam ter como resultado danos materiais e/ou a integridade física dos ocupantes, operadores e terceiros. A simples utilização de um item fora de conformidade poderá causar prejuízo direto à administração pública, para os operadores e mecânicos.

1.6.16. Por ocasião da oferta ou aceitação de algum fluido que não tenha certificação do OEM ou ONG normativa específica, mediante solicitação do licitante, a Empresa Participante deverá fornecer todos os parâmetros físicos, químicos e de testes práticos provenientes de entidade tecnicamente capacitada e isenta (não serão aceitos laudos emitidos pelo fabricante).

1.6.17. Normalmente, não será necessário recorrer à amostragem e testes. O Licitante reserva-se ao direito. No entanto, poderá solicitar testes e exigir amostras ou resultados de análise por meio de laudo expedido por laboratório ou instituto idôneo, para garantir a conformidade com os parâmetros de desempenho, qualidade e produtividade compatível com o produto similar ou equivalente à marca referência mencionada no edital. Acórdão 2300/2007 Plenário, TCU. Sem ônus para o agente público licitante.

1.6.18. O Requerimento Técnico atrelado às especificações operacionais ou certificação do OEM, ONG normalizadora, Agência Reguladora e Norma Ambiental de forma abrangente tem por escopo conduzir a aquisição de itens que dispensem a realização de testes adicionais para comprovar a adequabilidade na fase de aceitação das propostas, levando-se em consideração prática economicamente viável e de menor custo operacional. Todavia, a prática em tela não dispensa a realização de testes adicionais para comprovar a adequabilidade às exigências na fase de recebimento definitivo do item para consumo, prática na qual o licitante reserva-se ao direito.

1.6.19. Todos os produtos deverão atender às especificações dos fabricantes de equipamentos e veículos para os quais se destinam.

1.6.20. Uma vez que o Programa de Monitoramento da Qualidade dos Lubrificantes (PMQL) da ANP avalia uma pequena amostragem dos produtos comercializados não servirá de parâmetro para qualificar os itens ofertados. Também o Nível de Desempenho do Produto Registrado na Agência Nacional não qualifica o item ofertado, vez que a ANP apenas regula o comércio de derivados do petróleo e não possui normas próprias. Ou seja, a ANP regula apenas a comercialização dos lubrificantes derivados do petróleo servindo apenas como base para habilitação, não sendo parâmetro para desempenho dos lubrificantes.

1.6.21. Todos os produtos com registro compulsório deverão estar registrados na Agência Nacional de Petróleo (ANP) e ou INMETRO antes da abertura do presente processo licitatório e com data de produção posterior à data de concessão do referido registro.

1.6.22. A Empresa Participante e/ou fabricante deverá apresentar o número da licença com a marca comercial e o Nível de Desempenho - ANP, Boletim Técnico, comprovação da certificação, aprovação ou documentação técnica pertinente (quando for o caso) na fase de aceitação do presente processo licitatório em até 2 (duas) horas a contar do chamado do pregoeiro pelo sistema eletrônico Compras governamentais. O não cumprimento do presente item ou omissão desqualificará o item ofertado na fase de aceitação das propostas, tal solicitação fica dispensada nos casos em que o item ofertado for o mesmo descrito em "REFERÊNCIA PARA CONSULTA E PROPOSTA".

1.6.23. Não serão fornecidos os parâmetros técnicos que possuem custo, vez que é de responsabilidade da Empresa Participante e/ou fabricante o conhecimento do Nível de Desempenho e especificações do item licitado. Assim posto, em virtude do custo adicional intrínseco a aquisição de literatura normativa ou alguma restrição legal como registro de patente e ou segredo industrial.

1.6.24. Serão aceitos por ocasião da entrega somente itens com prazo de validade superior a 85% do indicado pelo fabricante.

1.6.25. Em virtude da pluralidade de "Modelos" de uma mesma marca e fabricantes será obrigatória à oferta do item como consta em seu registro na Agência Nacional do Petróleo (ANP), quando for compulsório, segue abaixo exemplo:

Marca: Honda Fabricante: TOTAL LUBRIFICANTES DO BRASIL LTDA Modelo/ Versão: HONDA 06 MTF Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Conforme as especificações do fabricante, observando requerimentos técnicos do Termo de Referência
--

Marca: LUBRAX Fabricante: PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A. Modelo/ Versão: LUBRAX TRM-4 SAE 80W Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Conforme as especificações do fabricante, observando requerimentos técnicos do Termo de Referência

1.7. Unidades de fornecimento mínimas:

1.7.1. Não foi encontrada divergência entre os fabricantes, praticamente todas trabalham com a unidade de medida, a presente compatibilidade torna possível a ampla concorrência.

1.7.2. A grande maioria dos fabricantes trabalha no atacado com caixas de 24 unidades de 1 litro ou caixas de 12 unidades de 1 litro. Portanto, optou-se pela oferta em unidades de 1 litro com a intenção de ampliar a concorrência. Nos casos em que o fornecedor, por questões de faturamento ou pelo menor preço (maior vantagem para administração) for necessário a contratação em múltiplos de 12 ou 24 unidades o contratante deverá observar tal solicitação, devendo a mesma constar na proposta do fornecedor. Compromete-se a administração contratar dentro dos parâmetros estabelecidos.

1.7.3. Há divergência entre os fabricantes nas unidades fornecidas. Exemplo: - fluido X - fornecido somente em unidades de 1 litro; e - fluido Y - fornecido somente em unidades de 1 litro e 20 litros. Neste caso, pela pequena oferta de produtos no mercado nacional o valor estipulado para cotação de preços e propostas tem por base o litro. Poderá o fornecedor propor e cotar embalagens unitárias com volumes distintos não maiores que 20 litros, ampliando a concorrência (maior vantagem para administração), tal situação deverá constar na proposta do fornecedor.

1.7.4. Compromete-se a administração contratar dentro dos parâmetros estabelecidos:

1.7.4.1. As dúvidas em relação as unidades de medida poder ser dirimidas em qualquer tempo, até a fase de adjudicação.

2. Fundamentação da Contratação

2.1. A fundamentação e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. A Contratada deverá sempre que possível apresentar os conteúdos e resultados produzidos (relatórios, apresentações, etc.) de forma eletrônica, e assim evitar a impressão de documentos, atendendo ao Decreto no 8.539 de 08/10/2015 que dispõe sobre o uso do meio eletrônico para a realização do processo administrativo no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

4.1.2. Ainda considerando o impacto ambiental da execução das atividades, o planejamento e metodologia das auditorias/atividades e preparação das programações, a Contratada deverá aplicar as melhores técnicas e fazer o uso racional dos recursos, já que estes têm impacto direto em consumo de energia, além de eventualmente na produção de lixo.

4.1.3. A complementação deste item seguirá de acordo com Estudo Técnico Preliminar.

Subcontratação

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões abaixo justificadas:

4.3.1. Os materiais são de baixo custo e para entrega imediata.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de **30 (trinta) dias**, contados do recebimento da nota de empenho, em remessa única ou parcelada, conforme a necessidade e a descentralização de crédito para o 8º B Log ou Órgãos Participantes (se for o caso), nos seguintes endereços:

8º Batalhão Logístico

Endereço: Av. Bento Gonçalves 3156. Bairro: Partenon Cidade: Porto Alegre CEP: 90650-001

Centro de Preparação de Oficiais da Reserva

Endereço: R. Corrêa Lima, 140 Bairro: Menino Deus, Cidade: Porto Alegre CEP: 90850-250

Comando Militar do Sul

Endereço: Rua dos Andradas, 562 Bairro: Centro Histórico Cidade: Porto Alegre CEP: 90020-002

3º Regimento de Cavalaria de Guarda

Endereço: Av. Dr. Salvador França, 201 Bairro: Partenon Cidade: Porto Alegre CEP: 90160-091

3º Batalhão de Polícia do Exército

Endereço: R. Corrêa Lima, 550 Bairro: Santa Tereza Cidade: Porto Alegre CEP: 90850-250

18º Batalhão de Infantaria Motorizado

Endereço: Rua Major de Souza Lima, 507 Bairro: São José Cidade: Sapucaia do Sul CEP: 93218-240

6º Batalhão de Comunicação Divisionário

Endereço: Av. São Roque, 1935 Bairro: São Roque Cidade: Bento Gonçalves CEP: 95708-610

Policlínica Militar de Porto Alegre

Endereço: Av. João Pessoa, 651 Bairro: Cidade Baixa Cidade: Porto Alegre CEP: 90040-000

19º Batalhão de Infantaria Motorizado

Endereço: Av. Theodomiro Porto da Fonseca, 908 Bairro: Centro Cidade: São Leopoldo CEP: 93020-654

8º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado

Endereço: Avenida Orleans, 651 Bairro: Serraria Cidade: Porto Alegre CEP: 91770-620

3º Batalhão de Comunicações e Guerra Eletrônica

Endereço: Av. Da Serraria, 2680 Bairro: Espírito Santo Cidade: Porto Alegre CEP: 91770-010

Comando da 3ª Região Militar

Endereço: Rua 7 de Setembro 472 Bairro: Centro Histórico, Cidade: Porto Alegre CEP: 90010-190

3º Centro de Gestão, Contabilidade e Finanças do Exército

Endereço: Rua Correa Lima, 222 Bairro: Santa Tereza Cidade: Porto Alegre CEP: 90850-250

1ª Divisão de Levantamento

Endereço: Rua Cleveland, 250 Bairro: Santa Tereza Cidade: Porto Alegre CEP: 90850-240

3º Grupo de Artilharia Antiaérea

Endereço: Avenida Rio Branco, 707 Bairro: São Pelegrino Cidade: Caxias do Sul CEP: 95010-060

Hospital Militar de Porto Alegre

Endereço: Av. Mariland, 450 Bairro: Auxiliadora Cidade: Porto Alegre CEP: 90440-190

Colégio Militar de Porto Alegre

Endereço: Av. José Bonifácio, 363 Bairro: Bom Fim, Cidade: Porto Alegre CEP: 90040-130

3º Batalhão de Suprimento

Endereço: Av. Getúlio Vargas, sn Bairro: - , Cidade: Nova Santa Rita CEP: 92480-000

Comando da 8ª Brigada de Infantaria Motorizada

Endereço: Av. Zeferino Costa, 5000 Bairro: Três Vendas, Cidade: Pelotas CEP: 96070-480

Comissão Regional de Obras/3

Endereço: Rua Sete de Setembro, 332 Bairro: Centro Histórico, Cidade: Porto Alegre CEP: 90010-190

5.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

5.5. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5.7. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

5.7.1. O recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado originário da contratação será de responsabilidade do contratante através de empresa com licença ambiental, bem como de seus resíduos e embalagem. Exigi-se o recolhimento, a destinação adequada, e a apresentação do Certificado de destinação na minuta de contrato.

5.7.2. A empresa deverá apresentar o Certificado de Coleta de Óleo Contaminado para a destinação ambientalmente adequada, conforme o art. 33 da Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos.

5.7.3. A complementação deste item seguirá de acordo com Estudo Técnico Preliminar.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).
- 6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);
- 6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);
- 6.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);
- 6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).
- 6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).
- 6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

- 6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da

necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 20(vinte) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 7.10.1. o prazo de validade;
- 7.10.2. a data da emissão;
- 7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 7.10.5. o valor a pagar; e
- 7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA-E (IBGE) de correção monetária.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.24. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.25. A eficácia da cessão de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.26. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.27. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

7.28. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será integral.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.12. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

8.13. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

8.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *Estadual* ou *Municipal* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.20. Prova de regularidade com a Fazenda *Estadual* ou *Municipal* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *Estadual ou Municipal* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.23. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.24. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.25. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.25.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.25.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.25.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.25.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.26. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 5% do valor total estimado da contratação.

8.27. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

Qualificação Técnica

8.28. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.29. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.29.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.29.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.29.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

8.29.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.29.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.29.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.29.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 2.418.084,77 (*dois milhões, quatrocentos e dezoito mil, oitenta e quatro reais e setenta e sete centavos*), conforme custos unitários apostos na tabela acima.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.